



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DE GERÊNCIA**

PERÍODO 2018



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

2
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **PERÍODO DE 2018**

1 - INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca foi fundada em 1610, com a missão de satisfazer carências, sociais e de saúde, e de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia, intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 300 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a idosos, a crianças e na provisão de refeições a agregados familiares carenciados.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, desde 1986;
- Serviço de Apoio ao Domicílio, desde 2000;
- Unidade de Cuidados Continuados e Internamento Privado, desde 2006;
- Consultas de Especialidades, Fisioterapia e Exames Auxiliares Diagnóstico, desde 2009;
- Núcleo Museológico da Capela da Misericórdia, desde 2008;
- Centro de Dia (Urrô), desde 2011;
- Cantinas Sociais, desde 2012;
- Creche, desde 2013;
- Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho, desde 2013;
- Centro de Dia (Troeço), desde 2015.

Em 2018, a Misericórdia de Arouca teve, em média, 130,5 trabalhadores ao seu serviço. Também contou com a colaboração de dois beneficiários das medidas ativas de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Para além, do seu quadro de pessoal, colaboram com a Instituição cerca de 60 trabalhadores independentes e, quotidianamente, interage com uma ampla carteira de fornecedores de bens e serviços contribuindo assim, indiretamente e, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do Concelho onde está sedead.

Sendo pretensão desta Mesa Administrativa continuar a crescer no valor social realizado e a dar resposta a um número cada vez maior de utentes, não descorando a sustentabilidade da Instituição, continua a analisar a conjuntura nacional e local, assim como a estar atenta às oportunidades de financiamento público, para a concretização dos projetos que tem e que passam por: construção de uma valência de educação pré-escolar e de uma Residência Assistida, ampliação e remodelação do edifício do Hospital, e ampliação e requalificação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Este documento pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, durante o ano de 2018, com enfoque nas Demonstrações Financeiras. Assim, para cumprimento das imposições legais, submete-se à Assembleia – Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arouca o presente Relatório de Atividades.



2 – IRMANDADE

No ano de 2018, houve os seguintes movimentos na Irmandade:

- Admissões: 6 Irmãos
- Passaram da situação de inativos a ativos: 11 Irmãos
- Faleceram: 8 Irmãos
- Perderam a qualidade de Irmão: 9 Irmãos

Em 31/12/2018, a Irmandade era constituída por 277 Irmãos, repartidos da seguinte forma:

	N.º	%
Sexo Masculino	145	52,3%
Sexo Feminino	132	47,7%
Idade < 45	18	6,5%
45 > Idade < 65	74	26,7%
Idade > 65	185	66,8%
Inscrição < 1 ano	6	2,2%
1 > Inscrição < 5 anos	23	8,3%
5 > Inscrição < 10 anos	24	8,7%
Inscrição > 10 anos	224	80,8%

Em consequência da publicação do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, e da Lei n.º 76/2015, 28 de julho, diplomas que alteraram o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a Misericórdia de Arouca atualizou o seu Compromisso, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, em setembro de 2015. O novo Compromisso foi aprovado pela autoridade eclesiástica competente, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado, pela Direção Geral da Segurança Social, em 20 de janeiro de 2016.

3 – A ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1 – FACTOS RELEVANTES

A Mesa Administrativa tem como preocupação constante a prestação de um serviço de proximidade e qualidade, que proporcione o melhor bem-estar aos utentes, esforçando-se por assegurar a melhoria e diversificação dos serviços prestados bem como a rentabilização dos meios disponíveis, quer humanos, quer materiais, sempre numa ótica de modernidade e funcionalidade. Em 2018, atendendo às necessidades, quer ao nível da melhoria do equipamento quer ao nível da conservação e ampliação do



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **PERÍODO DE 2018**

seu património imobiliário, concretizou os seguintes investimentos, financiados com recurso a fundos próprios:

- No piso 0 do HOSPITAL executou-se a obra de ampliação do espaço do ginásio de fisioterapia, que permitiu uma reorganização dos fluxos de trabalho e a ampliação da capacidade de atendimento, pela criação de novos espaços para tratamentos. Ao mesmo tempo, foram criados, no primeiro piso, dois consultórios para terapia da fala e um ginásio para Terapia Ocupacional, especialmente equipado para tratamento de crianças com autismo, perturbação da hiperatividade e outros problemas de desenvolvimento. A mudança da farmácia da Unidade de Cuidados Continuados, para um espaço adjacente ao arquivo dos serviços administrativos, permitiu a criação de um quarto duplo no internamento.
- Ainda no que se refere ao HOSPITAL, o arquivo clínico foi reorganizado e mudado para um novo espaço, criado e mobilado para o efeito.
- Na ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, para além das pequenas intervenções necessárias à manutenção daquela infraestrutura, foi isolado todo o espaço do terraço existente na ala nascente do lar, cujo estado de degradação levava a constantes infiltrações de águas pluviais, naquela zona do edifício.
- Procedeu-se a uma reformulação do projeto de arquitetura para a ampliação e remodelação da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, no sentido da diminuição da intervenção inicialmente prevista. A primeira versão do projeto previa, para além da ampliação da área da cozinha e da remodelação dos espaços do refeitório, da sala de convívio e dos vestiários dos colaboradores, previa a reestruturação da maior parte dos quartos com a criação de instalações sanitárias privativas na maior parte deles. Tendo em conta a complexidade e o custo que acarretaria a reestruturação dos quartos, decidiu-se retirar esta parte do projeto.
- Concluiu-se a execução do projeto de arquitetura da valência de JARDIM DE INFÂNCIA, o qual foi submetido a análise dos serviços do Instituto da Segurança Social.
- Ao nível do património imobiliário, destacam-se
 - a doação, por parte de um benemérito, de um prédio urbano e dois rústicos sítos no lugar de Santa Maria do Monte, na freguesia de Santa Eulalia, concelho de Arouca;
 - a revalorização dos prédios urbanos sítos na Quinta da Mata (União de Freguesias de Arouca e Burgo), Ferreiros (freguesia de Tropeço) e Quintela (freguesia de Chave), por se encontrarem sobrevalorizados, dado o seu estado de ruína e sem quaisquer condições de habitabilidade.

Em termos de EQUIPAMENTOS procedeu-se à aquisição do indispensável ao bom funcionamento das valências, destacando-se os seguintes investimentos:

- Instalou-se de um sistema de videovigilância, em todo o edifício da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI) que permitiu aumentar a segurança dos nossos utentes. Aumentou-se a capacidade de resposta da lavandaria, com a aquisição de uma máquina de secar roupa e procedeu-se à substituição da máquina de lavar louça da copa.
- No Hospital foram equipados os novos consultórios de terapia da fala, os novos espaços de ginásio de fisioterapia e o novo quarto do internamento privado.
- Ao nível informático, procedeu-se à substituição de todos terminais de controlo de assiduidade, existentes na Instituição, de forma a responder aos recentes requisitos legais impostos pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados, e equiparam-se com computadores os consultórios de terapia da fala e o de enfermagem ambulatório, bem como a equipa multidisciplinar da UCC, com um computador portátil.

Em termos de eventos e acontecimentos relevantes, para além das atividades regulares de animação lúdica com os utentes, as quais incluíram, entre outros, o curso de Carnaval, as festas de Natal e de fim de ano letivo da Creche, a peregrinação a Fátima e a participação no Espetáculo Social promovido pela Rede Social, comemorou-se o 408º aniversário da Misericórdia, em julho, organizou-se a tradicional Procissão dos Fogaréus, na quarta-feira da Semana Santa, e a ceia de Natal dos colaboradores, no Hotel São Pedro. Para além destes eventos, realizou-se, em maio, a reunião do Secretariado Distrital de Aveiro da União das Misericórdias que encerrou com um almoço seguido de uma visita guiada e concerto na Capela da Misericórdia.

3.2 – SERVIÇOS DE SAÚDE

No âmbito da atividade da Instituição assume um papel relevante prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE, em exames complementares de diagnóstico, fisioterapia e consultas, a qual, em 2018, representou 62% do volume dos serviços prestados.

Para além, da parceria com a Medimarco e com a Associação Empresarial do Concelho de Arouca para atendimentos aos seus associados, no âmbito da Medicina do Trabalho, garantimos o protocolo com o Centro Juvenil Salesiano para exames de medicina desportiva, aos jovens atletas arouquenses e com a ADOA – Associação dos Doentes Oncológicos de Arouca.

Continuamos a alargar o leque de convenções com subsistemas de saúde, facilitando o acesso de mais utentes ao Hospital da Misericórdia. Em 2018, estabelecemos novos acordos com a Advantage Saúde, Humana - Clínicas de traumatologia, Generali AT e Seguradoras Unidas AT.

Em termos de serviços de saúde, em 2018, mantivemos a oferta de serviços e de especialidades médicas, mas, em termos de procura, apesar de um recuo no serviço de radiologia, houve um aumento dos restantes serviços, destacando-se a fisioterapia, conforme indica o quadro que se segue:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2018

		2018	2017	Variação 2017-18	Variação %
Fisioterapia	N.º de atendimen- tos	2.400	1.979	+ 421	+21,3%
Radiologia	N.º de atendimen- tos	8.521	8.894	- 373	- 4,2%
Cardiologia	N.º exames efetuados	3.724	3.406	+ 318	+9,3%
Gastroenterologia	N.º exames efetuados	1.806	1.608	+ 198	+ 12,3%
Consultas de Especialidades	N.º de atendimen- tos	3.703	3.553	+ 150	+ 4,2%
Colheitas de Análises Clínicas	N.º de atendimen- tos	1.852	1.608	+ 244	+ 15,2%

No que respeita à Unidade de Cuidados Continuados manteve-se, sensivelmente, a taxa de ocupação do ano anterior, mas quanto ao Internamento houve um aumento do n.º de admissões e da taxa média de ocupação.

O menor número de admissões de utentes na Unidade de Longa Duração, justifica-se pela tipologia do internamento, cuja duração é ilimitada, ao contrário do que acontece na Unidade de Média Duração, cuja permanência máxima do internado é de 90 dias, podendo em casos excecionais ser alargada, em 30 dias.

Os internamentos em Cuidados Continuados resultam de um protocolo com os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, que contempla catorze camas em Unidade de Longa Duração e seis camas em Unidade de Média Duração. Já o internamento privado dá resposta às necessidades de particulares e beneficiários de seguradoras ou outros subsistemas de saúde. Em 2018, foram criadas duas vagas neste serviço, passando a ter 9 camas. O movimento de utentes neste serviço está espelhado no quadro abaixo:



Tipologia	Vagas	Admissões		Taxa Média de Ocupação	
		2018	2017	2018	2017
Unid. Média Duração	6	32	24	95,38%	96,23%
Unid. Longa Duração	14	12	24	99,41%	97,68%
Internamento Privado	9	18	16	88,81%	79,87%

3.3 – SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Ao nível dos SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL, e no que respeita à frequência de utentes, à exceção da Creche e do SAD de Tropeço, todas as outras valências mantiveram o seu número médio de utentes, comparativamente com o ano de 2017, conforme consta do quadro abaixo:

	Capacidade da Valencia	N.º de Utentes abrangidos pelo acordo com o ISS	N.º Médio de Utentes 2018	N.º Médio de Utentes 2017
ERPI	110	90	90	90
Serviço Apoio Domicílio	42	39	39	39
Centro de Dia de Urrô	50	48	48	48
Creche	43	43	41	42
Centro de Dia de Tropeço	15	10	10	10
Serviço Apoio Domicílio Tropeço	15	12	12	11
Cantinas Sociais	341 ^(*)	480	436	986

^(*) Número refeições disponibilizadas mensalmente, constantes do acordo com o ISS, IP, com efeitos a dezembro de 2018

De referir, ainda, que, no decorrer do ano 2018, o acordo com o ISS, IP para as Cantinas Sociais foi gradualmente reduzido de 436 para 341 refeições mensais. Contudo, continuaram a ser oferecidas refeições extra acordo, a pessoas manifestamente carenciadas.

4 - DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Tendo por base este relato da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca durante o período de 2018, e com o intuito de informar os Irmãos sobre a sua situação económica e financeira, presta-se a seguinte informação, de acordo com os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo.

4.1 – DESVIOS ORÇAMENTAIS

Do período em análise, resultaram **RENDIMENTOS** no montante de 3.413.039,84€ e **GASTOS** no montante de 3.283.552,41€, representando desvios positivos em relação aos valores orçamentados na Conta de Exploração Previsional, o que se traduz num **RESULTADO LÍQUIDO POSITIVO DE 129.487,43€**, conforme se discrimina no quadro seguinte. Conclui-se, portanto, que o **objetivo orçamental foi cumprido**, dentro do



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2018

desvio percentual aceitável pelo ISS, IP, para as rubricas de rendimentos e de gastos, que é de 15%.

Rúbrica	Valor Orçamentado	Valor Efetivo	Desvio %
Rendimentos	3.219.127,95€	3.413.039,84€	+ 6,02%
Gastos	3.176.454,32€	3.283.552,41€	+ 3,37 %
Result. Líquido	42.673,63€	129.487,43€	

4.2 – PERSPETIVA FINANCEIRA - BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2018, o **Ativo Líquido** da Instituição cifrava-se em 7.711.204,67€ traduzindo um decréscimo de 0,5%, relativamente ao período transato, que se cifrou em 7.750.335,93€. No que respeita ao **Ativo não corrente**, o que justifica o seu decréscimo (232.022,83€), é o facto das incorporações ocorridas nas rubricas **Ativos Fixos Tangíveis (AFT)** relacionadas com os investimentos efetuados (72.116,21€), em 2018, não terem ultrapassado as depreciações e amortizações do período, as quais, atingiram o valor de 272.340,43€. Para além disso, procedeu-se a revalorização, em baixa, de três prédios urbanos, que se traduziu num decréscimo, nesta rubrica de 32.516,10€.

No que respeita aos aumentos dos AFT são de destacar os seguintes:

- **Edifícios e outras construções:** a doação, por parte de um benemérito, de um prédio urbano (2.590,00€), no lugar de Santa Maria do Monte, freguesia de Santa Eulália, a revisão de preços da empreitada de construção da Creche (4.692,85€), as obras nos ginásios da fisioterapia (22.147,63€) e obras de manutenção das valências (8.511.06€).
- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições: do sistema de videovigilância para o Lar de Idosos e Capela (4.103,11€), de máquina de lavar louça industrial (3.300,00€), de máquina de secar roupa industrial (6.164,24€), mobiliário para internamento (3.444€)
- **Equipamento administrativo:** para além de diverso mobiliário para equipar os novos consultórios de terapia da fala e os ginásios da fisioterapia, após a sua remodelação, houve a substituição dos terminais de controlo de assiduidade (2.061,48€), e a aquisição de computadores para os consultórios de terapia da fala, enfermagem ambulatorio, centro de dia de Tropeço e portátil para a UCC (1.707,33€).
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** reflete o valor do anteprojeto de arquitetura para construção da valência de ensino pré-escolar e do projeto de arquitetura da remodelação e ampliação do lar. Foi transferida para edificios e outras construções uma verba (1.170,75€) relativa ao projeto de mudança de localização das caldeiras do hospital, por conclusão dessa empreitada.

Foi efetuado o abate do sistema de controlo de assiduidade e de diverso equipamento administrativo/informático, que se encontrava em desuso por estar totalmente obsoleto, e de uma máquina de lavar louça industrial, por avaria.

No que respeita ao **Ativo corrente** destaca-se um aumento de 192.891,57€ das rubricas **Caixa e Depósitos Bancários**, que em 31 de dezembro de 2018 ascendia a 1.020.658,68€ dos quais 42.693,39€ são verbas pertencentes a utentes mas que estão à guarda da Instituição.

Quanto ao valor dos **Inventários** (47.885,27€) refere-se aos materiais em stock a 31/12/2018, distribuídos por Matérias-primas (3.963,75€), Matérias de consumo (31.426,52€) e Materiais Diversos (12.495€). Estes últimos referem-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Misericórdia de Arouca, em 2012, o qual tem sido consumido e doado a outras instituições do concelho.

Quanto ao montante de **Outros Ativos Correntes** (*Outras Contas a Receber*) reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber da Segurança Social (11.482,47€), da ARS Norte (189.545,75€) e da ADSE (30.255,94€), das valências Unidade de Cuidados Continuados, Fisioterapia e Exames Auxiliares de Diagnóstico.

No **Passivo corrente** a rubrica **Fornecedores** traduz o valor que a Instituição lhe devia (111.927,45€) a 31/12/2018. A rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** traduz o valor da retenções de IRS e da Taxa Social Única, aos colaboradores, relativos ao mês de dezembro de 2018, a pagar janeiro de 2019.

A rubrica **Diferimentos** (69.578,49€) reflete o valor da conta 282 – rendimentos a reconhecer, que engloba, além da retenção de garantia da empreitada de construção do Hospital (56.848,49€), o valor do vestuário de criança por utilizar (12.495€), relativo ao donativo em géneros, já referido. **Outros Passivos Correntes** (*Outras contas a pagar*) reflete fundamentalmente a estimativa de férias e de subsídio de férias a pagar em 2019 (235.465,70€) e os valores dos utentes à guarda da Instituição.

Ao nível dos **Fundos Patrimoniais** houve os seguintes movimentos do período:

- Como diminuições - a amortização dos subsídios ao investimento e do valor das depreciações dos ativos doados (48.352,61€), o pagamento aos colaboradores dos dias de férias não gozados, nos anos de 2014 a 2017 (32.377,32€) e a revalorização das casas da Mata, Ferreiros e Quintela (32.516,10€);

- e, como aumentos, a inclusão das doações: de um prédio urbano e dois rústicos (2.596,79€), a inclusão dos quatro cruzeiros pertencentes ao monumento “Calvário da Misericórdia” (770,00€) e a afetação, a Resultados Transitados, do resultado líquido do período de 2017 (44.896,97€).

4.3 – PERSPETIVA ECONÓMICA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Tal como já referido, o total dos **RENDIMENTOS** cifra-se em 3.413.039,84€, traduzindo um acréscimo 147.463,15€, cerca de 4,5% relativamente ao registado no período de 2018, que se justifica, fundamentalmente, pelo acréscimo registado na conta **72 – Prestações de Serviços**.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **PERÍODO DE 2018**

Esta conta representa 56,5% do total dos Rendimentos e conheceu um acréscimo de global de 173.197,67€, mais 9,87% relativamente ao ano transato, o qual está relacionado com:

1 – Ao nível dos serviços sociais todas as valências conheceram aumentos nesta rubrica (63.363€), ou por acréscimo de utentes ou por atualização das mensalidades.

2 – Em termos de serviços de saúde também houve um aumento na faturação (+109.843,90€) face ao verificado em 2017. Todos os serviços viram a faturação aumentar, mas em especial o da Fisioterapia (+57.206€) e o do internamento privado (+19.335€).

Quanto à conta **75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração**, representa 41,3% do total dos rendimentos. engloba as participações do Instituto da Segurança Social (981.862€), da ARS Norte (295.074€), do Instituto de Emprego (3.129€), e da Câmara Municipal (24.600,00€), e as doações e heranças (104.269€).

Em 2018, a conta 75 atingiu o valor de 1.410.162,83€, traduzindo uma diminuição de 34.513€, relativamente a 2017, justificada, fundamentalmente, pela diminuição da participação das Cantinas Sociais, por parte do ISS, IP (-16.515€) e pela diminuição das doações (-20.912€).

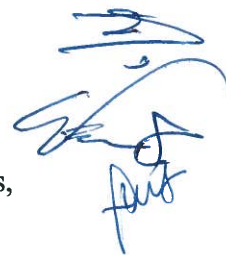
A conta **78 – Outros Rendimentos** conheceu também um aumento de 8.702,13€ relativamente ao ano transato, gerada pelas receitas da Capela da Misericórdia e do reembolso de despesas de transporte e subsídio de funerais de utentes.

A conta **79 – Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares** conheceu um ligeiro aumento de 77,19€, tendo em conta que se manteve o valor das aplicações a prazo.

Ao analisar a estrutura dos **GASTOS** verifica-se uma execução de 3.283.552,41€, o que traduz um acréscimo de 62.872,69€, mais 1,9% em relação ao período anterior. Apesar de os gastos com depreciações e dos outros gastos terem conhecido um decréscimo, as restantes rubricas de Gastos viram os seus valores aumentar, conforme se explica de seguida.

Quanto à conta **61 – Custo das Matérias Consumidas** conheceu um ligeiro aumento de 7.118,50€, atingindo os 348.441,04€. Apesar da diminuição dos gastos com medicamentos, detergentes, gases medicinais, esta foi mais que compensada pelo aumento dos consumos de géneros alimentares e material hoteleiro.

A conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos** também apresentou um acréscimo de 36.792,87€ em relação ao período de 2017, atingindo o valor de 837.062,63€. Nesta conta estão espelhados os gastos com trabalhos especializados,



publicidade, energia, combustíveis, comunicações, material de escritório, seguros, reparações, entre outros. O que mais contribuiu para aquele acréscimo foi:

- os honorários de médicos, advogados e outros prestadores de serviços (+12.675€).
- os gastos com a conservação de equipamentos e de edifícios (+12.945€)
- os gastos com eletricidade gasóleo e gás (+24.217€), provocado não só pelo aumento do seu preço, mas também dos consumos.

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal - conta 63**, os quais representam 55% do total dos gastos, atingiram o valor de 1.808.706,46€ conhecendo um acréscimo de cerca de 3,46 %, relativamente ao ano transato, que se justifica pelo aumento do número médio de trabalhadores ao serviço da Instituição de 128 para 130,5, pelo aumento do Salário Mínimo Nacional de 557€ para 580€, atualização que abrangeu cerca de 60% dos colaboradores, mas também pelas diuturnidades, e outras alterações de contratos de trabalho;

Quanto **conta 64 – Gastos de depreciação**, apresenta o valor de 272.340,43€, que se traduz numa diminuição de 25.226,91€ comparativamente ao período anterior, fundamentalmente justificada pela conclusão da depreciação de diversos equipamentos da cozinha do Lar, mobiliário do hospital e do Centro de Dia de Urrô.

A **conta 68 – Outros gastos** engloba entre outros, os gastos com impostos indiretos, descontos e donativos concedidos, quotizações pagas e perdas na alienação e abate de ativos fixos tangíveis. Em 2018, apresenta o valor de 17.001,85€, que representa um decréscimo (16.200,47€), em relação a 2017, justificado pela diminuição das contas: 6881- despesas com funerais de utentes (- 3.040€), 6885 – Insuficiência de estimativa de subsidio de ferias (- 8.900€) e 6881 correções relativas a períodos anteriores (- 5.500€) .

A **conta 69 - Gastos e perdas de financiamento** não apresenta valores fruto da inexistência de quaisquer contratos de financiamento.

Fecha-se o ano de 2018 com um **resultado líquido positivo de 129.487,43€**, face aos 44.896,97€, em 2017.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, para o período de 2018, é apresentado um resultado líquido positivo de 129.487,43€, propondo-se a sua incorporação na conta Resultados Transitados.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea c) do artigo 23º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia- Geral Ordinária de 30 de março de 2019, as Demonstrações Financeiras e Anexo relativo ao período de 2018.

1. O presente relatório contempla a atividade desenvolvida, pela Misericórdia de Arouca, nas diferentes respostas sociais e serviços de saúde.
2. O período em análise foi objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, tendo sido aplicado o Sistema de Normalização Contabilística para as



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PERÍODO DE 2018

Entidades do Setor Não Lucrativo (SCN-ESNL, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/A-2011, de 9 de Março).

3. A Santa Casa da Misericórdia de Arouca não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

4. Em termos de conclusão, face aos elementos apresentados e considerando a atual conjuntura socioeconómica, a Mesa Administrativa está satisfeita com os resultados obtidos, e pretende dar continuidade à missão secular da Instituição, ambicionando o seu crescimento sustentável, de modo a responder de forma mais completa às necessidades da comunidade local.

A consecução do objetivo orçamental para 2018 demonstra uma gestão prudente e que procura a eficiência, mas revela igualmente uma ação coletiva, concertada e empenhada de todos os colaboradores das diferentes valências, e em geral, de todos quantos, interna e externamente, se envolveram no exercício da atividade desta Instituição. Por este motivo, é importante expressar um agradecimento à Irmandade e respetivos Órgãos Sociais, aos colaboradores, aos beneméritos, aos fornecedores e a todas as Entidades Oficiais com quem mantemos relações de parceria e contratualização.

Arouca, 15 de março de 2019.

A Contabilista Certificada


(Manuela Gonçalves, Dra.)

P' Mesa Administrativa


(Victor Brandão, Dr.)


(Alfredo B. Martins)


(António T. de Melo)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5 e 7	6.075.613,86	6.309.766,46
Bens do património histórico e cultural	5	205.011,31	204.241,31
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	6	655,54	1.184,01
Investimentos financeiros	18.1	7.556,30	5.668,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Subtotal		6.288.837,01	6.520.859,84
Ativo corrente			
Inventários	9	47.885,27	50.667,24
Créditos a Receber	18.2	82.116,58	85.083,03
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.8	6.631,94	7.597,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Outros ativos correntes	18.3	254.404,93	241.820,93
Diferimentos	18.4	10.670,74	8.647,07
Caixa e depósitos bancários	18.5	1.020.658,20	835.660,44
Subtotal	-	1.422.367,66	1.229.476,09
Total do Ativo	-	7.711.204,67	7.750.335,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.6	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-
Reservas	18.6	847.375,44	841.641,54
Resultados transitados	18.6	4.003.676,36	3.991.156,71
Excedentes de revalorização	18.6	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.6	1.959.670,68	2.042.906,50
Resultado Líquido do período	-	129.487,43	44.896,97
Total do fundo do capital	-	7.184.910,04	7.165.301,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	-	-	-
Provisões específicas	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.7	111.927,45	69.982,70
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.8	39.596,81	39.515,29
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Financiamentos obtidos	8	-	-
Diferimentos	18.4	69.578,49	70.978,93
Outras passivos correntes	18.9	305.191,88	404.557,16
Subtotal	-	526.294,63	585.034,08
Total do passivo	-	526.294,63	585.034,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	-	7.711.204,67	7.750.335,93

AROUCA, 7 de março 2019

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº4 4540-132 AROUCA

N.I.F. 501 289 623

Telef.: 256 940 500

Fax: 256 940 508/9

E-mail: secretaria.geral@scmarouca.com

Visite-nos em: www.scmarouca.com



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	1.928.009,38	1.754.811,71
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.10	1.410.162,83	1.444.676,67
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(348.441,04)	(341.322,54)
Fornecimentos e serviços externos	18.11	(837.062,63)	(800.269,76)
Gastos com o pessoal	16	(1.808.706,46)	(1.748.317,76)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.12	74.644,91	65.942,78
Outros gastos	18.13	(17.001,85)	(33.202,32)
	-		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		401.605,14	342.318,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(272.340,43)	(297.567,34)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		129.264,71	44.751,44
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.14	222,72	145,53
Juros e gastos similares suportados	18.14	-	-
Resultados antes de impostos		129.487,43	44.896,97
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		129.487,43	44.896,97

AROUCA, 7 de março 2019

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AROUCA**



**ANEXO
AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Período 2018**



1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro. Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º 2/88, fls 68

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os *“Ativos Fixos Tangíveis”* encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68



atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Na data de Balanço, a Entidade efetua uma avaliação aos valores mobiliários de cotação variável, que detenha sempre que existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;



- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

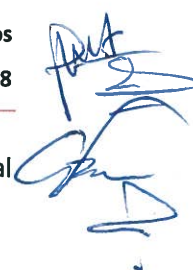
As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;



- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimos Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontrem na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.

A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	200.505,31	-	-	-	-	200.505,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	204.241,31	-	-	-	-	204.241,31

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no "Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho". Inclui também um monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia" e um conjunto de móveis, a um antiquário, adquirido em 2016.

Em 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	200.505,31	770,00	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	204.241,31	770,00	-	-	-	205.011,31

O movimento do período refere-se à inclusão de um conjunto de quatro cruzeiros em granito, existentes nas ruas da Vila, que constituem a Via Sacra, e fazem parte do monumento do século XVII - "Calvário da Misericórdia", propriedade da Entidade.

Não existiram perdas por imparidade no período de 2018 nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	724.879,51	5,03	-	-	-	724.884,54
Edifícios e outras construções	6.269.327,35	36.843,20	-	-	-	6.306.170,55
Equipamento básico	1.299.297,58	117.345,09	-	-	-	1.416.642,67
Equipamento de transporte	209.667,12	34.690,00	-	-	-	244.357,12
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	435.959,12	5.203,23	-	-	-	441.162,35
Outros Ativos fixos tangíveis	157.368,59	425,96	-	-	-	157.794,55
Activos fixos tangíveis em curso	26.626,20	2.163,10	-	-	-	28.789,30
Total	9.123.125,47	196.675,61	-	-	-	9.319.801,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.135.429,85	132.855,87	-	-	-	1.268.285,72
Equipamento básico	922.026,90	106.980,53	-	-	-	1.029.007,43
Equipamento de transporte	142.122,20	26.467,49	-	-	-	168.589,69
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	395.801,69	19.224,51	-	-	-	415.026,20
Outros Ativos fixos tangíveis	117.647,20	11.478,38	-	-	-	129.125,58
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	2.713.027,84	297.006,78	-	-	-	3.010.034,62

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	724.884,54	6,79	-	-	-	724.891,33
Edifícios e outras construções	6.306.170,55	38.612,29	-	-	(32.516,10)	6.312.266,74
Equipamento básico	1.416.642,67	25.034,86	(2.736,79)	-	-	1.438.940,74
Equipamento de transporte	244.357,12	-	-	-	-	244.357,12
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	441.162,35	7.263,27	(17.966,77)	-	-	430.458,85
Outros Ativos fixos tangíveis	157.794,55	429,00	-	-	-	158.223,55
Activos fixos tangíveis em curso	28.789,30	-	-	(1.170,75)	-	27.618,55
Total	9.319.801,08	71.346,21	(20.703,56)	(1.170,75)	(32.516,10)	9.336.756,88
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.268.285,72	135.506,11	-	-	-	1.403.791,83
Equipamento básico	1.029.007,43	86.850,70	(3.814,18)	-	-	1.112.043,95
Equipamento de transporte	168.589,69	27.808,39	-	-	-	196.398,08
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	415.026,20	10.757,65	(16.889,38)	-	-	408.894,47
Outros Ativos fixos tangíveis	129.125,58	10.889,11	-	-	-	140.014,69
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.010.034,62	271.811,96	(20.703,56)	-	-	3.261.143,02

No que respeita aos movimentos nos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:

- **Edifícios e outras construções:** Quanto aos aumentos, destaca-se a doação, por parte de um benemérito, de um prédio urbano (2.590,00€), no lugar de Santa Maria do Monte, freguesia de Santa Eulália, a revisão de preços da empreitada de construção da Creche (4.692,85€), as obras nos ginásios da fisioterapia (22.147,63€) e obras de manutenção das valências (8.511.06€).

De realçar, ainda, a revalorização de três prédios urbanos: casa da Mata (-6.972,00€), casa de Ferreiros (-17.832,40) e casa de Quintela (-7.711,70€).

- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições: do sistema de videovigilância para o Lar de Idosos e Capela (4.103,11€), de máquina de lavar louça industrial (3.300,00€), de máquina de secar roupa industrial (6.164,24€), mobiliário para internamento (3.444€)

- **Equipamento administrativo:** para além de diverso mobiliário para equipar os novos consultórios de terapia da fala e os ginásios da fisioterapia, após a sua remodelação, houve a substituição dos terminais de controlo de assiduidade (2.061,48€), e a aquisição de computadores para os consultórios de terapia da fala, enfermagem ambulatorio, centro de dia de Tropeço e portátil para a UCC (1.707,33€).

- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** reflete o valor do anteprojecto de arquitetura para construção da valência de ensino pré-escolar e do projeto de arquitetura da remodelação e ampliação do lar. Foi transferida para edifícios e outras construções uma verba (1.170,75€) relativa ao projeto de mudança de localização das caldeiras do hospital, por conclusão dessa empreitada.

Foi efetuado o abate do sistema de controlo de assiduidade e de diverso equipamento administrativo/informático, que se encontrava em desuso por estar totalmente obsoleto, de uma máquina de lavar louça industrial, por avaria.

Investimentos Financeiros

No que concerne aos “Investimentos Financeiros”, espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2018 apresentava o valor de 7.556,30€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.664,76	1.277,97	-	-	-	31.942,73
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.664,76	1.277,97	-	-	-	31.942,73
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.198,16	560,56	-	-	-	30.758,72
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.198,16	560,56	-	-	-	30.758,72

Não existiram perdas por imparidade no período de 2017.

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	31.942,73	-	(2.256,00)	-	-	29.686,73
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	31.942,73	-	(2.256,00)	-	-	29.686,73
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.758,72	528,47	(2.256,00)	-	-	29.031,19
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.758,72	528,47	(2.256,00)	-	-	29.031,19

Não existiram perdas por imparidade no período de 2018.

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	200.911,83	150.830,06	50.081,77	200.911,83	134.077,86	66.833,97
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	200.911,83	150.830,06	50.081,77	200.911,83	117.325,66	83.586,17

Em 31/12/2018 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

O contrato n.º 100041755 cessou em agosto de 2016 e os restantes três contratos haviam cessado em julho e agosto de 2015.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2018, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 3.963,75€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 31.426,52€;
- Materiais Diversos: 12.495,00€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€, em 2017, 170,00€ e em 2018, 199,75€.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificação se regularizações	Inventário em 31-Dec-2017	Compras	Reclassificação se regularizações	Inventário em 31-Dec-2018
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.912,16	345.195,25	(117,63)	50.667,24	344.087,60	1.571,47	47.885,27
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	46.912,16	345.195,25	(117,63)	50.667,24	344.087,60	1.571,47	47.885,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				341.322,54			348.441,04
Variações nos inventários da produção				-			-



10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	1.928.009,38	1.754.811,71
Quotas dos utilizadores	724.948,15	661.584,38
Quotas e Jóias	4.325,00	4.335,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	1.198.736,23	1.088.892,33
Juros	222,72	145,53
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares		

De referir que na rubrica 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (53.330,29€), Família e Comunidade (51.361,98€) e Terceira Idade (620.255,88€). A rubrica 'Serviços Secundários' engloba, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos, Consultas e serviços de enfermagem (451.979,57€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (321.914,07€) e os tratamentos de Fisioterapia (424.842,59€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.



12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	1.305.893,29	1.319.494,35
Centro Regional Segurança Social	981.862,80	994.746,69
Comparticipação da ARS	295.074,72	291.453,66
Comparticipação da SAD/PSP	1.226,70	-
IEFP	3.129,07	5.294,00
Autarquia	24.600,00	28.000,00
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica 'Centro Regional da Segurança Social' constam as comparticipações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (134.765,10€), Cantinas Sociais (13.070,00€), Terceira Idade (708.791,27€) e Unidade de Cuidados Continuados (125.236,43€).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2017 e 2018.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

15. Instrumentos financeiros

A 31/12/2018 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.

16. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2018, foram criados pela Entidade 2 postos de trabalho e aumentado um contrato de um enfermeiro de tempo parcial para tempo completo, por ajustes nos horários de trabalho provocados pela redução do período normal de trabalho de 39 para 35 horas semanais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade, em 2018, foi de 130,5, ou seja, houve um aumento de 2,5 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior que foi de 128. Para além destes, existiram ainda 2 Contratos Emprego Inserção, através de protocolo com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.484.087,46	1.434.779,73
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	300.495,55	286.789,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.072,69	11.737,73
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	11.050,76	15.010,92
Total	1.808.706,46	1.748.317,76

O aumento dos gastos com remunerações de pessoal estão relacionados com: o aumento do número médio de trabalhadores ao serviço da Entidade, aumento do salário mínimo nacional de 557€ para 580€, e com as alterações provocadas pela introdução dos novos PNT, nomeadamente o aumento do custo/hora dos trabalhadores contratados a tempo parciais.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	7.556,30	5.668,06
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	7.556,30	5.668,06

18.2. Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c	82.116,58	85.637,35
Cientes	46.924,15	60.616,97
Utentes	35.192,43	25.020,38
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Total	82.116,58	85.637,35

Nos períodos de 2017 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Clientes	-	(554,32)
Utentes	-	-
Total	-	(554,32)

18.3. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.987,20	13.639,43
Outros instrumentos financeiros	-	-
Outros Devedores	242.417,73	228.181,50
Perdas por Imparidade	-	-
Total	254.404,93	241.820,93

A rubrica ‘Outros Devedores’ reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber da Segurança Social (11.482,47€), da ARS Norte (189.545,75€) e da ADSE (30.255,94€).

18.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	10.670,74	8.647,07
...	-	-
...	-	-
Total	10.670,74	8.647,07
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	235,00	-
Donativos em géneros	12.495,00	12.694,75
Outros	56.848,49	58.284,18
Total	69.578,49	70.978,93

A rubrica ‘Outros Rendimentos a Reconhecer’ reflete a retenção de garantia de uma empreitada de construção do edifício do Hospital que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo.

18.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	44.247,14	94.816,65
Depósitos à ordem	626.411,06	615.843,79
Depósitos a prazo	350.000,00	125.000,00
Outros	-	-
Total	1.020.658,20	835.660,44

O valor em caixa, em 31/12/2018, inclui uma verba (42.693,29€) que pertence aos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	148.895,87	-	-	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	841.641,54	5.733,90	-	847.375,44
Resultados transitados	3.991.156,71	44.896,97	32.377,32	4.003.676,36
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.042.906,50	3.366,79	86.602,61	1.959.670,68
Total	7.120.404,88	53.997,66	118.979,93	7.055.422,61

De referir que os valores inscritos em “Aumentos” explicam-se da seguinte forma:

- Conta “Reservas” pela revalorização das casas da Mata, Ferreiros e Quintela
- Conta “Resultados Transitados” pela afetação do Resultado Líquido do período de 2017: 44.896,97€;
- Conta “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”:
 - Doação de prédio urbano e dois rústicos: 2.596,79€ e inclusão dos quatro cruzeiros pertencentes ao monumento “Calvário da Misericórdia”: 770,00€.

E o valor inscrito em “Diminuições” explica-se da seguinte forma:

- Conta “Resultados Transitados” pelo pagamento de dias de férias não gozados pelos colaboradores, relativos aos anos de 2014 a 2017: 32.377,32€.
- Conta “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”:
 - Amortização dos subsídios ao investimento e do valor dos AFT doados: 48.352,61€, imputação a ganhos do período da parte equivalente à depreciação dos bens subsidiados/doados, por contrapartida da conta 7883 – Outros Rendimentos;
 - Pela revalorização das casas da Mata, Ferreiros e Quintela 38.250,00€.

18.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	111.927,45	69.982,70
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	111.927,45	69.982,70

18.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.631,94	7.597,38
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	6.631,94	7.597,38
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	7.771,85	8.061,01
Segurança Social	31.530,06	31.090,25
Outros Impostos e Taxas	294,90	364,03
Total	39.596,81	39.515,29

18.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	89.152,92
Remunerações a pagar	-	-	-	89.152,92
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	235.465,70	-	240.947,73
Outros credores	-	69.726,18	-	74.456,51
	-	-	-	-
Total	-	305.191,88	-	404.557,16

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68



O valor constante da rubrica 'Credores por acréscimos de gastos' corresponde às estimativas de férias e subsídios de férias de 2018, a pagar em 2019. Quanto ao valor da rubrica 'Outros Credores' reflete, fundamentalmente, (42.693,39€) os montantes dos utentes que se encontram à guarda da Entidade e o sinal por contrato de promessa de venda das propriedades – Casa de Ferreiros (10.000€) e Quinta da Mata (15.000€).

18.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	104.269,54	125.182,32
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	104.269,54	125.182,32

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	585.644,65	576.503,42
Materiais	27.205,70	26.772,86
Energia e fluidos	189.953,83	165.737,01
Deslocações estadas	774,38	1.374,03
Comunicações	7.803,58	7.619,29
Seguros	9.306,99	8.868,07
Outros fornecimentos	16.373,50	13.395,08
	837.062,63	800.269,76

O valor constante da rubrica 'Serviços Especializados' corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (498.609,23€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (41.245,50€) e trabalhos especializados (36.979,09€).

A rubrica outros fornecimentos inclui gastos com rendas e alugueres (10.421,46€).

18.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	19.007,23	11.751,21
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	173,77
Recuperação de dívidas a receber	153,92	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	55.483,76	54.017,80
Total	74.644,91	65.942,78

A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente (47.161,15€) a imputação dos subsídios aos investimentos a qual é feita, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados.

18.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.200,01	2.737,62
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	2.613,39	806,40
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	13.188,45	29.658,30
Total	17.001,85	33.202,32

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, quotizações (3.750,00€), correções relativas a exercícios anteriores (5.531,09€) despesas com funerais de utentes (5.375,00€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (14.669,94€).

18.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	222,72	126,74
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares		18,79
Total	222,72	145,53
Resultados financeiros	222,72	145,53

18.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal no dia 15 de março de 2019.

Arouca, 15 de março de 2019.

A Contabilista Certificada


(Manuela Gonçalves, Dra.)

P' A Mesa Administrativa

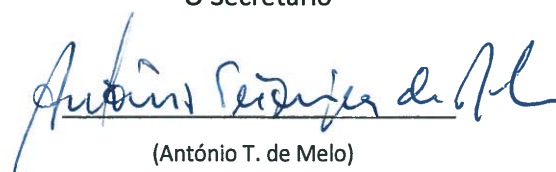
O Provedor

(Victor Brandão, Dr.)

O Tesoureiro


(Alfredo B. Martins)

O Secretário


(António T. de Melo)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

ANEXO À ATA N.º 1/2019, de 15 de março, do Conselho Fiscal da SCMA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31º do Compromisso desta Santa Casa, cumpre-nos dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência do ano 2018.

Examinámos o Relatório e as Contas de Gerência, as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.711.204,67€, incluindo um resultado líquido positivo de 129.487,43€), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Concluímos que o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período de 2018 e as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março (NCRF-ESFL), atestada pela Certificação Legal de Contas.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer:

- Que seja aprovado o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período que findou em 31 de Dezembro de 2018.

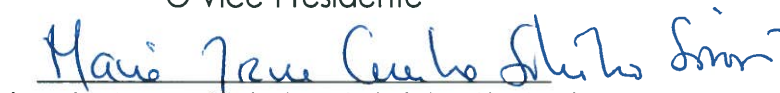
Arouca, 15 de março de 2019.

O Conselho Fiscal

Presidente


(Ana Maria Duarte Teixeira)

O Vice-Presidente


(Maria Joana Coimbra Sobrinho Simões)

O Secretário


(Floriano de Pinho Duarte)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AROUCA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.711.205 euros e um total de fundos patrimoniais 7.184.910 euros, incluindo um resultado líquido 129.487 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 11 de Março de 2019

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. nº 820)

